PENSANDO A AUTONOMIA DESDE O SUL: A POLÍTICA EXTERNA DO CAZAQUISTÃO À LUZ DE PUIG E ESCUDÉ E REFLEXÕES PARA O BRASIL

DOI: 10.61623/cpe.v12n18.a05
Menção honrosa no Prêmio Mônica de Menezes Campos
ISSN: 2359-5280 | e-ISSN: 2447-228X

Guilherme Geremias da Conceição[1]

Resumo

O presente trabalho analisa a política externa do Cazaquistão diante da disputa por influência entre China e Rússia na Ásia Central, a partir das perspectivas teóricas do realismo periférico, de Carlos Escudé, e da autonomia, de Juan Carlos Puig. Parte-se do pressuposto que a República do Cazaquistão, enquanto ator inserido em um ambiente regional assimétrico e multipolar, adota estratégias pragmáticas de inserção internacional, dialogando com dilemas enfrentados por países do Sul Global. Logo, o objetivo central desta investigação consiste em compreender até que medida as abordagens pensadas na América Latina podem iluminar o comportamento de outros países periféricos, contribuindo para um diálogo teórico inter-regional. Metodologicamente, empregou-se uma abordagem qualitativa baseada em um estudo de caso, com análise documental e bibliográfica sobre as estratégias diplomáticas cazaques. Entre os principais achados da pesquisa, destaca-se a racionalidade periférica demonstrada por Astana, ao reconhecer seus limites estratégicos e diversificar suas alianças como forma de preservar margens de manobra. Conclui-se, portanto, que o uso de marcos analíticos pensados localmente não apenas é adequado para interpretar o caso do Cazaquistão, como também revela padrões estruturais comuns às periferias globais, sugerindo caminhos para uma teoria internacional enraizada no Sul e reflexões para o Brasil.

Palavras-chave: Cazaquistão. Política Externa. Autonomia. Brasil.

1 Guilherme Geremias da Conceição é Doutorando e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa Interinstitucional de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUCSP) e recebeu menção honrosa pelo presente artigo na Primeira Edição do Prêmio Mônica de Menezes Campos. Possui bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é membro fundador do Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE) e pesquisador externo do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT). ORCID: 0000-0002-9591-5048.

THINKING AUTONOMY FROM THE GLOBAL SOUTH: KAZAKHSTAN'S FOREIGN POLICY THROUGH PUIG AND ESCUDÉ AND REFLECTIONS FOR BRAZIL

Abstract

This paper analyzes Kazakhstan's foreign policy amid the competition for influence between China and Russia in Central Asia, drawing on the theoretical perspectives of peripheral realism, developed by Carlos Escudé, and autonomy, proposed by Juan Carlos Puig. It assumes that the Republic of Kazakhstan, as an actor embedded in an asymmetric and multipolar regional environment, adopts pragmatic strategies of international insertion, engaging with dilemmas faced by countries of the Global South. Therefore, the main objective of this study is to assess to what extent Latin American-developed approaches can illuminate the behavior of other peripheral states, contributing to an inter-regional theoretical dialogue. Methodologically, the research employs a qualitative approach based on a case study, combining documentary and bibliographic analysis of Kazakh diplomatic strategies. Among the main findings, the paper highlights the peripheral rationality demonstrated by Astana, as it recognizes its strategic constraints and diversifies its alliances in order to preserve room for maneuver. It concludes that the use of locally developed analytical frameworks is not only suitable for interpreting the Kazakh case, but also reveals structural patterns shared across global peripheries, suggesting avenues for an international theory rooted in the Global South and offering reflections for Brazil.

Keywords: Kazakhstan. Foreign Policy. Autonomy. Brazil.

PENSAR LA AUTONOMÍA DESDE EL SUR GLOBAL: LA POLÍTICA EXTERIOR DE KAZAJISTÁN A LA LUZ DE PUIG Y ESCUDÉ Y REFLEXIONES PARA BRASIL

Resumen

El presente trabajo analiza la política exterior de Kazajistán ante la disputa por influencia entre China y Rusia en Asia Central, a partir de las perspectivas teóricas del realismo periférico, de Carlos Escudé, y de la autonomía, de Juan Carlos Puig. Se parte del supuesto de que la República de Kazajistán, como actor inserto en un entorno regional asimétrico y multipolar, adopta estrategias pragmáticas de inserción internacional, dialogando con dilemas enfrentados por los países del Sur Global. En este sentido, el objetivo central de esta investigación consiste en comprender hasta qué punto los enfoques elaborados en América Latina pueden contribuir a iluminar el comportamiento de otros países periféricos, aportando a un diálogo teórico interregional. Metodológicamente, se empleó un enfoque cualitativo basado en un estudio de caso, con análisis documental y bibliográfico sobre las estrategias diplomáticas kazajas. Entre los principales hallazgos de la investigación, se destaca la racionalidad periférica evidenciada por Astaná, al reconocer sus límites estratégicos y diversificar sus alianzas como forma de preservar márgenes de maniobra. Se concluye, por lo tanto, que el uso de marcos analíticos concebidos localmente no solo es adecuado para interpretar el caso de Kazajistán, sino que también revela patrones estructurales comunes a las periferias globales, sugiriendo caminos hacia una teoría internacional arraigada en el Sur y reflexiones para Brasil.

Palabras clave: Kazajistán. Política Exterior. Autonomía. Brasil.

1. Introdução

O tema da *autonomia* tem ocupado espaço na agenda das Relações Internacionais desde meados do século XX, sobretudo no contexto latino-americano, marcado por assimetrias políticas e econômicas. Dentre os principais expoentes desse debate estão os argentinos Juan Carlos Puig e Carlos Escudé, cujas proposições teóricas, voltadas à realidade periférica, buscaram reinterpretar os limites e as possibilidades de ação externa dos Estados regionais. No entanto, mais do que reflexões localizadas, tais contribuições continuam oferecendo ferramentas relevantes para pensar os desafios de um Sistema Internacional cada vez mais complexo e competitivo, com o declínio relativo da hegemonia estadunidense e da ascensão chinesa como polo geopolítico paralelo, o que amplia dinâmicas para além do continente americano.

Nesse sentido, a trajetória recente do Cazaquistão, país localizado no coração da Ásia Central, oferece um exemplo particular para compreendermos o posicionamento de Estados periféricos frente à multipolaridade em outros contextos regionais. Mesmo possuindo uma população de 20 milhões de habitantes, um número relativamente pequeno se comparado à sua vasta extensão territorial de 2.725.000km², a república cazaque tem adotado uma política externa participativa nos assuntos globais (Laruelle, Royce e Beyssembaev, 2019). Encravado no limiar de duas grandes potências, como Rússia e China[2], esse comportamento internacional consiste na manutenção de um equilíbrio delicado entre interesses divergentes, ao tempo que também viabiliza a interação com os vizinhos centro-asiáticos e com demais parceiros, como os Estados Unidos (EUA), União Europeia (UE), Turquia, Índia, Paquistão, Japão, etc.

Um retrato claro dessa estratégia, nomeada "Política Externa Multivetorial", durante o governo de Nursultan Nazarbayev, que sucedeu a União Soviética (URSS) no local, pode ser observado a partir da crescente relevância do país em organizações multilaterais, como na Organização das Nações Unidas (ONU), na Comunidade dos Estados Independentes (CEI), na Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), na União Econômica Euroasiática (UEE), na Conferência sobre Medidas de Interação e Construção de Confiança na Ásia (CICA), na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), na Organização de Cooperação Econômica (ECO), na Organização

2 Com quem o Cazaquistão possui uma fronteira comum de, aproximadamente, 6.846 km e 1.780 km, respectivamente.

dos Estados Turcos (OTS), na Organização de Cooperação Islâmica (OIC) e na Organização para Cooperação de Xangai (OCX).

Somam-se ao compromisso multilateral e ao papel de "ponte" Ocidente-Oriente os inúmeros fóruns de diálogo e parcerias estratégicas que Astana mantém bilateralmente com Washington, Bruxelas, Pequim, Moscou, Ancara, Tóquio e até mesmo com alianças militares ocidentais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Engajamento também visível na disposição que o país sustenta ao sediar inúmeros eventos da seara internacional, como os Jogos Olímpicos de Inverno da Ásia, os Jogos Mundiais Nômades e conferências especializadas da ONU (OMS, OMT e UNICEF). Ademais, no âmbito regional, a república cazaque persegue outro importante objetivo: transformar o espaço centro-asiático em um alicerce de prestígio e cooperação, para a gestão conjunta dos recursos e do desenvolvimento local (EIA, 2017; UNRCCA, 2023).

Evidentemente, a busca por alternativas aos "alinhamentos automáticos" não apenas demonstra postura do país diante da estabilidade e da segurança na Ásia Central, como também procura diversificar laços diplomático-econômicos por intermédio das suas reservas energéticas e do uso do *soft power*[3]. Em outras palavras, podemos inferir que o Cazaquistão, valendo-se da posição sistêmica periférica, busca por autonomia ao equilibrar interesses distintos sobre o tabuleiro geopolítico contemporâneo. Ainda, é a partir disso que nos questionamos: seria possível compreender tais dinâmicas na Ásia Central por intermédio de conceitos latino-americanos? Até que ponto o pensamento de Puig e Escudé oferece um instrumental analítico útil para interpretar o comportamento cazaque, cujas ações oscilam entre a diversificação de alianças e a racionalidade pragmática em ambientes assimétricos?

Para responder a esses questionamentos, o presente trabalho utiliza do método qualitativo, baseado na análise documental e bibliográfica sobre as estratégias diplomáticas contemporâneas do país. Além de refletir uma lacuna teórica, a abordagem proposta busca valorizar a produção do Sul Global, conectando regiões geograficamente distantes a processos convergentes. Logo, o caso do Cazaquistão visa ainda testar a vigência de teorias produzidas na América Latina fora de seu contexto regional, contribuindo para a construção de uma agenda de Relações Internacionais que, cada vez mais, priorize epistemologias do Sul. Convém ainda destacar que, antes de importar conceitos, o que se pretende aqui, com esse exercício, é exportar reflexão

3 Ou seja, a capacidade de um país influenciar outros por meio da atração e persuasão, em vez do uso da força ou coerção (*hard power*). Para Nye Jr. (2004), um Estado exerce *soft power* quando consegue fazer com que outros queiram os mesmos objetivos que ele, sem o uso direto da força.

crítica, compreendendo como outros Estados periféricos enfrentam dilemas semelhantes em uma ordem multipolar volátil e identificar reflexões para o caso brasileiro.

1.1. Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a política externa do Cazaquistão contemporâneo, com foco em sua posição entre China e Rússia, a partir de abordagens desenvolvidas por pensadores latino-americanos, especialmente o realismo periférico, de Carlos Escudé, e a autonomia, de Juan Carlos Puig. Busca-se compreender como um Estado periférico formula estratégias próprias de inserção internacional em meio à crescente multipolaridade, lançando mão de ações pragmáticas para equilibrar pressões externas sem comprometer sua soberania.

Entre os objetivos específicos, pretende-se: (a) examinar as estratégias *multivetoriais* adotadas pelo Cazaquistão como forma de equilibrar suas relações com diferentes polos de poder; (b) explorar a utilidade e os limites analíticos das teorias latino-americanas quando aplicadas a contextos externos; e (c) refletir sobre as possíveis lições que a experiência cazaque pode oferecer aos países da América Latina, em especial ao Brasil, que, igualmente, enfrenta o desafio de afirmar sua autonomia em um ordenamento internacional marcado por assimetrias sistêmicas.

1.2. Materiais e métodos

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, com foco em um estudo de caso. Para subsidiar as discussões, a pesquisa baseou-se na revisão bibliográfica de fontes primárias (documentos e notícias) e secundárias (artigos e livros), coletadas de bancos de dados e repositórios acadêmicos (como o Google Scholar e o Portal de Periódicos da CAPES). Busca-se com isso realizar uma interpretação de registros oficiais da política externa cazaque (como estratégias, discursos presidenciais e planos de ação regional), bem como de contribuições teóricas relevantes para o tema. Por fim, tal metodologia justifica-se pela proposta de desenvolver uma análise aplicada, capaz de refletir amplamente sobre as dinâmicas das periferias globais, a partir de um caso específico. Nesse sentido, o estudo sobre o Cazaquistão é instrumental para promover um diálogo abrangente sobre os desafios comuns enfrentados por Estados periféricos ou comprimidos pelas grandes potências.

2. Síntese teórica: a autonomia para Puig e Escudé no debate das Relações Internacionais

A autonomia, entendida enquanto a capacidade do Estado de tomar decisões autodeterminadas, foi discutida por inúmeras escolas e movimentos do pensamento em Relações Internacionais, como na tradição estruturalista latino-americana de Raúl Prebisch, nas teses da CEPAL e na Teoria da Dependência (Puig, 1984; Martins, 2011). É a partir dessas contribuições que o ex-diplomata argentino Juan Carlos Puig concebe a autonomia como a capacidade de ação e decisão baseadas em interesses nacionais, diante de pressões externas, principalmente dos EUA (Puig, 1980). Ao considerar tal contexto, Puig defende que os países periféricos deveriam explorar as brechas da estrutura internacional para ampliar sua margem de manobra.

Logo, as críticas às abordagens tradicionais das Relações Internacionais, como o realismo e o liberalismo/idealismo, se dirigiam ao que ele entendia como uma espécie de "camisa de força" para os Estados que estavam à margem dos centros de poder, negando a tais atores a possibilidade de agência (Puig, 1980). Ampliando esse entendimento, Puig propõe uma tipologia para compreender os limites e as potencialidades da ação estatal nesse contexto, listando uma espécie de "métrica" que vai desde a "dependência paracolonial" até a "autonomia secessionista", sendo o "estágio heterodoxo" aquele em que o país age de forma estratégica para obter ganhos, sem confronto direto com as potências centrais (Puig, 1987).

Outro ponto chave desenvolvido por ele é a ideia da "integração solidária" (Puig, 1987), que contrapõe modelos puramente econômicos de integração regional, uma vez que essa deveria ser sustentada por valores compartilhados e objetivos estratégicos comuns, como, por exemplo, o desejo pela autonomia. Em outras palavras, o processo integratório não era visto como um fim em si, mas como um meio a ser empregado na superação da dependência. Logo, o termo "solidária", conforme adverte Matheus Pereira (2023, p. 12), afasta-se do idealismo de uma "nação latino-americana", e deve ser compreendido como a convergência de interesses, em uma situação paritária.

Em contrapartida, o sociólogo Carlos Escudé, conterrâneo de Puig, representa uma visão crítica ao paradigma autonomista, partindo da constatação de que os custos de desafiar a estrutura internacional são elevados demais para Estados periféricos, sendo a confrontação, em geral, uma demonstração vazia e dispendiosa. Escudé elabora uma crítica detalhada à teoria realista das Relações Internacionais, baseada nos contributos de Hans Morgenthau (1948)

e Kenneth Waltz (1979). O problema desses dois autores, para Escudé (1995), residia na ideia do interesse nacional enquanto parte da "racionalidade" do Estado, dissociada dos interesses e das interações de suas elites (Escudé, 1995). Propõe, em vez disso, uma lógica *ciudadano-céntrica*, segundo a qual a política externa deveria ser guiada por ganhos materiais concretos e mensuráveis para a população (Escudé, 1995, p. 13).

Ou seja, para o realismo periférico de Escudé (1995), a autonomia era derivada de custos, e não medida em termos de potencial. Portanto, o alinhamento com a potência hegemônica devia ser interpretado enquanto uma estratégia racional de sobrevivência na arena internacional, desde que não comprometesse os interesses econômicos do país. Apesar de suas diferenças, tanto Puig quanto Escudé partem da constatação de que a ordem sistêmica é hierárquica, e que Estados periféricos enfrentam margens estreitas de decisão. Puig insiste na possibilidade de ação transformadora, ainda que incremental, enquanto Escudé advoga por um realismo resignado, que prioriza a maximização de ganhos materiais dentro das "regras do jogo". E é justamente nesse ponto em que o estudo do caso cazaque se faz pertinente.

3. Entre Rússia e China: a política externa *multivetorial* cazaque

Abundante em recursos naturais, tais como petróleo, gás e urânio, o Cazaquistão consolidou-se como um dos principais exportadores energéticos do mundo. Fato que não apenas atrai o interesse de diversas empresas do setor, como reforça a posição geopolítica que o país assumiu no cenário econômico internacional após 1991. Basta dizer que, impulsionado pelo aumento dos preços globais de energia durante a década de 2000, o PIB da ex-república soviética saltou de US$ 9 bilhões em 1990 para US$ 260 bilhões em 2023, sendo aproximadamente três vezes maior que o da economia uzbeque (cerca de US$ 90 bilhões) e mais de vinte vezes o tamanho das economias quirguiz e tadjique (US$ 13 bilhões, respectivamente) (Usov, 2023).

Decorrente dessa situação, desde a independência da antiga União Soviética (URSS), em 1991, o país construiu uma estratégia de inserção internacional marcada pela busca de estabilidade, segurança e diversificação. Essa trajetória se inicia sob a liderança de Nursultan Nazarbayev[4] (1991-2019), considerado o "pai do Cazaquistão", cuja legitimidade foi construída tanto por meio de

4 Nursultan A'bis'uly Nazarbayev foi o primeiro presidente do Cazaquistão, permanecendo no poder desde a independência soviética em 1991 até 2019, quando renunciou ao cargo. O líder, que também havia sido o último Primeiro-Ministro cazaque da era socialista, foi um dos principais artífices da construção nacional do país (Rahimov e Urazaeva, 2005).

símbolos nacionais quanto pela formulação de uma política externa pragmática (Lubin, 1995; Tsepkalo, 1998; Williams, 1999; Rahimov e Urazaeva, 2005). No plano internacional, o presidente baseou sua postura na "Estratégia para a Formação e Desenvolvimento do Cazaquistão como um Estado Soberano", de 1992, que, dentre outras coisas, destacava o compromisso com a segurança, relações especiais com a Rússia e a formação de uma coalizão de Estados na Ásia Central (Nazarbayev, 2017; Laruelle, Royce e Beyssembaev, 2019).

Tal política evoluiu para o *multivetorismo*, pelo qual Astana ampliou sua rede diplomática para incluir não só os países vizinhos, mas também China, Turquia, Índia, Paquistão, EUA e UE, priorizando negociações multilaterais e a abertura do seu mercado de energia (Nazarbayev, 2017; Laruelle, Royce e Beyssembaev, 2019). Nesse sentido, o Cazaquistão passou a desempenhar um papel relevante no fornecimento energético global, o que atraiu investimentos de gigantes como Exxon Mobil, Chevron, Shell e BP, operando com empresas estatais locais em regime de *joint venture* (EIA, 2017; Cooley e Heathershaw, 2017). Aliás, a crescente relação comercial com a UE teria contribuído para uma "ocidentalização" parcial desse comportamento externo (Krapohl e Vasileva-Dienes, 2019).

No campo da segurança, por sua vez, a renúncia voluntária ao arsenal nuclear, herdado pela URSS, nos anos 1990, via Strategic Arms Reduction Treaty (STAR I) e Tratado de Não Proliferação (TNP), ampliou a imagem positiva do país na arena internacional. Nazarbayev obteve ganhos diplomáticos expressivos ao participar de fóruns como a CICA e a OSCE (OSCE, 2022), além de conseguir, com isso, o desenvolvimento de parcerias técnico-militares com Washington, após os atentados de 11 de setembro, e um plano quinquenal para modernização da segurança cazaque, especialmente na região do Mar Cáspio, em 2003. O que tornou o país uma peça-chave para o auxílio das futuras operações militares americanas no Iraque e no Afeganistão[5] (Starr *et al*., 2014; Stein, 2018).

Simultaneamente, as relações com Moscou continuaram centrais, dada a condição cazaque sem litoral e a sua dependência da infraestrutura vizinha para o escoamento energético. Além disso, grandes empresas russas, como Gazprom, Rosneftegaz e LUKOIL, seguem presentes no setor de energia do

5 O acordo com Washington, que previa o fornecimento de equipamentos de defesa e a realização de exercícios militares conjuntos com o Batalhão do Cazaquistão de Manutenção da Paz (KAZBAT), seguiu a partir de 2009, quanto Nazarbayev permitiu o trânsito de tropas e equipamentos da OTAN em território nacional para auxiliar a campanha de estabilização do Afeganistão, como parte da Rede de Distribuição do Norte (NDN) (Stein, 2018). Ademais, em resposta a um pedido dos EUA, a legislatura do *Majilis* aprovou o envio de engenheiros das Forças Armadas cazaques para apoiar as operações norte-americanas no Iraque entre 2003 e 2008 (Starr *et al*., 2014).

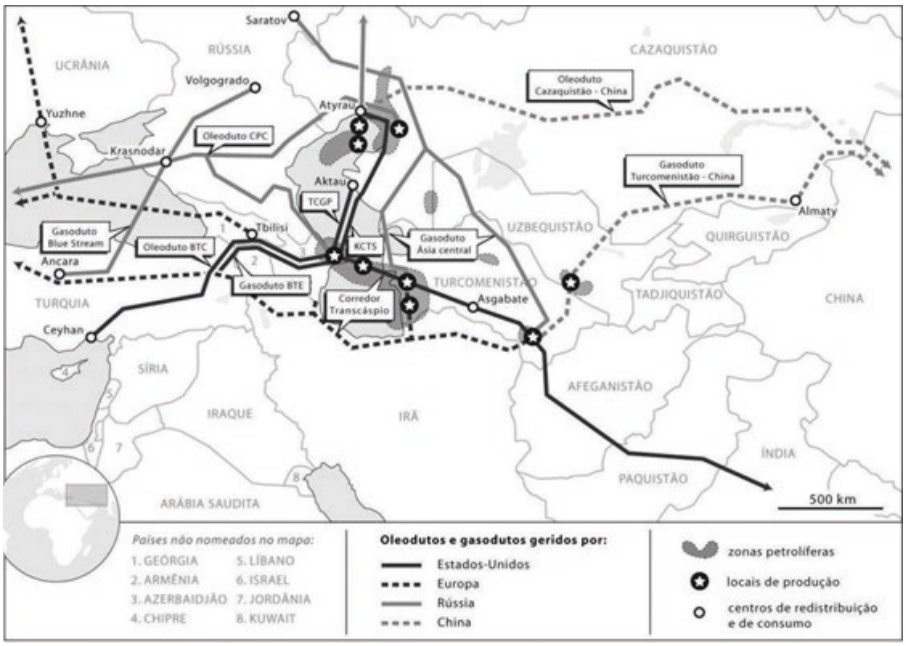
país desde os anos 1990[6] (Cooley e Heathershaw, 2017). Não surpreende, portanto, que Nazarbayev tenha permanecido próximo ao Kremlin, participando ativamente da CEI e da CSTO, mesmo após a anexação da Crimeia, em 2014, quando, inclusive, o país apoiou a expansão das Forças Coletivas de Reação Rápida da aliança militar (Troitskiy e Zinoviev, 2018). De maneira similar, com relação à China, o estreitamento bilateral se deveu à posição geográfica estratégica do Cazaquistão, à sua base de recursos naturais e à relevância do seu território para os interesses logísticos de Pequim (Laruelle, Royce e Beyssembaev, 2019).

A construção do oleoduto Cazaquistão-China e o envolvimento das empresas chinesas CNPC, CNOOC e Sinopec na exploração de gás e petróleo local evidenciaram essa convergência[7] (Syroezhkin, 2012). Ademais, desde a década de 1990, garantir a estabilidade na fronteira e controlar o separatismo uigur incentivaram a cooperação bilateral em segurança por parte de Pequim, culminando na inauguração da OCX, em 2001, da qual tanto o Cazaquistão como a Rússia são membros fundadores. Anos mais tarde, tais laços foram institucionalizados com uma série de acordos estratégicos, culminando em 2015 na formalização da Parceria Estratégica Abrangente sino-cazaque. Nesse contexto é que se destaca a posição central da ex-república soviética na Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), lançada por Xi Jinping em Astana, em 2013. O país tornou-se uma peça-chave no Corredor do Meio, ou Corredor de Transporte Transcaspiano (TITR), criando rotas alternativas à Rússia e a gargalos sensíveis da geopolítica global, como os estreitos de Malaca, Ormuz e Bab-el-Mandeb (Taliga, 2021; Kuzembayeva, Kulbayev e Chukubayev, 2025).

6 Os principais acionistas e executivos dessas corporações integraram-se à elite econômica russa, sendo conhecidos como os "oligarcas da energia", como foi o caso de Nazarbayev. Em razão disso, a política energética da Rússia esteve frequentemente vinculada à sua estratégia externa, refletindo seu caráter multifacetado e tornando os laços com Astana um ponto-chave para a compreensão das suas relações com a região (Nahernak e Simpkins, 2008; Aminjonov, 2016).

7 Na indústria de petróleo e gás cazaque, onde existem muitas *joint ventures* firmadas com acionistas chineses, o principal ator é a CNPC. A empresa adquiriu uma participação na AktobeMunaiGas do Cazaquistão, em 1997, e possui 85,42% de suas ações. Uma das subsidiárias da CNPC no país é a PetroKazakhstan, que está envolvida na aquisição, exploração, desenvolvimento e produção do insumo, em particular na Kumkol Resources, em Kyzyl-Orda (Syroezhkin, 2012).

Figura 1 – Mapa da infraestrutura de escoamento energético da Ásia Central



Fonte: Monié (2012, p. 23).

Vale também mencionar que, no plano regional, Nazarbayev ainda promoveu iniciativas para integrar a Ásia Central sob sua liderança, como tentado na União da Ásia Central – CAU (1994-1998), na Comunidade Econômica da Ásia Central – CEAC (1998-2001) e na Organização para a Cooperação da Ásia Central – CACO (2001-2005). No entanto, as tentativas, que refletiam o objetivo cazaque em conter o hegemonismo russo e uzbeque na região, não seguiram adiante (Bobokulov, 2006). Em vez disso, o Cazaquistão enfrentou uma disputa interna pela liderança do bloco com o Uzbequistão, que possuía diferentes interesses políticos. Enquanto Nazarbayev preocupava-se, primordialmente, com a instabilidade econômica, o seu homólogo uzbeque, Islam Karimov, concentrou-se na luta contra o extremismo religioso local[8] e em assegurar sua "hegemonia regional" a qualquer custo[9]. Frustrado com o

8 Diante da desintegração soviética, a região centro-asiática tornou-se porosa ao radicalismo islâmico, e a situação delicada no Tajiquistão (em guerra civil) e Afeganistão (sob o governo Talibã) uniu-se ao contexto de políticas extremas, elaboradas pelo governo uzbeque. Logo, não tardou para que houvesse o surgimento de inúmeros grupos fundamentalistas no local, como o Movimento Islâmico do Uzbequistão (IMU), que desafiaram a figura dos Estados recém-independentes.

9 Segundo Sally Cummings (2001, p. 144), essa diferença de comportamento regional ocorreu em virtude da localização do Uzbequistão, "geopoliticamente afastado da influência de Moscou e detendo pouca

ambiente institucional amorfo, o Cazaquistão integrou progressivamente a União Aduaneira com Rússia e Belarus, mais tarde conhecida como Comunidade Econômica Eurasiática (EURASEC) e, em 2014, UEE.

Alguns anos depois, em 2019, com a transição na liderança nacional de Nazarbayev para Kassym-Jomart Tokayev[10] (2019-presente), o Cazaquistão deu outro importante passo rumo ao protagonismo regional com o decreto *On the Concept of the Foreign Policy of the Republic of Kazakhstan for 2020-2030*, que almeja reposicionar o país enquanto uma potencial "liderança" centro-asiática (Cazaquistão, 2020). Todavia, a ebulição social de 2022, conhecida como "Janeiro Trágico", provocou uma verdadeira reconfiguração governamental, com o distanciamento simbólico da figura de Nazarbayev sobre as estruturas nacionais de poder e uma reavaliação do comportamento internacional do país (Nyshanbayeva *et al*., 2024).

É verdade que a resposta do governo aos protestos massivos daquele ano, apoiada pela intervenção da CSTO, implicou em concessões não declaradas a Moscou, como o congelamento da reforma linguística que previa a substituição do alfabeto cirílico pelo latino, bem como a criação de uma organização internacional para promover a língua russa no âmbito da CEI. No entanto, Tokayev manteve a neutralidade política nacional, recusando-se a reconhecer as repúblicas separatistas apoiadas pelo Kremlin na Ucrânia (Donetsk e Lugansk), e refletindo a tentativa de equilibrar o vínculo histórico com a Rússia em uma postura diplomática autônoma (Abbasova, 2022; Ibrayeva *et al*., 2023).

Aliás, é diante desse tabuleiro que tensões não resolvidas, como a questão da Crimeia e do Mar do Sul da China, alimentam a desconfiança entre Moscou e Pequim (Nascimento, 2015; Hashimova, 2020), e ampliam o espaço de manobra do Cazaquistão. A decisão de cancelar exercícios militares conjuntos com a Rússia, em 2022, ao lado de outros membros da CSTO, bem como as manifestações públicas de Tokayev em defesa da soberania ucraniana, por exemplo, podem ser interpretados à luz de um novo reordenamento regional (Fernandes e Grantseva, 2023).

participação percentual russa em sua população". Além disso, o país havia herdado o seu *status* da era soviética tanto em termos de capacidades materiais quanto em motivações ideológicas para se tornar um "*hegemon*" centro-asiático. As atitudes subsequentes de Tashkent, assim, foram amplamente reconhecidas como o principal problema para a integração da região.

10 Kassym-Jomart Kemeluly Tokayev tornou-se presidente interino do Cazaquistão após o contexto das crises domésticas que resultaram na renúncia (negociada) de Nazarbayev, em 2019. Diplomata de carreira e ex-Diretor-Geral do Escritório das Nações Unidas em Genebra, Tokayev foi peça central nos acordos do TNP, além de ter também ocupado inúmeros cargos no governo anterior, como o de Primeiro-Ministro, Ministro das Relações Exteriores e Presidente do Senado (Cazaquistão, 2020).

Logo, o contexto da Guerra na Ucrânia não apenas fez com que Pequim redobrasse sua atenção na Ásia Central, sobretudo a partir da diminuição do engajamento direto russo, como criou um recuo estratégico inédito, que Astana busca ocupar. Ainda em 2022, durante visita oficial ao Cazaquistão, Xi Jinping reforçou esse entendimento, e selou uma cooperação pautada na "não interferência". No mesmo ano, foi também lançada a articulação "Ásia Central + China", que sinaliza um redirecionamento gradual da política externa cazaque, favorecendo o eixo sino-centro-asiático (Nyshanbayeva *et al*., 2024). Tendência que reflete os objetivos compartilhados entre as lideranças locais no âmbito do Cinturão Econômico da rota, e que, particularmente, vinculam-se com o novo programa de desenvolvimento cazaque, o Nurly Zhol (Laruelle, 2018).

Já em relação à Ásia Central, cabe salientar que o período de 2016 a 2023 testemunhou a melhoria das relações interestatais e a formulação de uma agenda colaborativa, especialmente após a morte de Karimov e a ascensão de Shavkat Mirziyoyev (2016-presente) no Uzbequistão. Além do impacto na dinâmica de gerenciamento dos recursos hídricos e energéticos, essa mudança marcou o início de um novo formato para a cooperação local, as Reuniões Consultivas de Chefes de Estado, um mecanismo anual, entre os cinco países, que vem evoluindo sob uma "liderança rotativa". Dessa forma, a participação do Cazaquistão nas cúpulas não somente reflete sua preocupação com a pauta da segurança, principalmente no contexto de retorno do Talibã ao Afeganistão, como também seu interesse em buscar alternativas ao "regionalismo eurasiano" (UNRCCA, 2023; Kuzembayeva, Kulbayev e Chukubayev, 2025).

A melhora das relações com os vizinhos e o início das Reuniões Consultivas vem consolidando esse padrão "horizontal" e possibilitado ao Cazaquistão ampliar sua participação no comércio na região, que dobrou entre 2018 e 2023 (UNRCCA, 2023). O sucesso de tal postura, na busca pela autonomia decisória, ainda mantém canais abertos de diálogo com o Ocidente, como ilustrado no Fórum C5+1, com os EUA (Cooley, 2021), e na manutenção da cooperação com a UE, ao equilibrar também os vínculos com Rússia e China, aproveitando o cenário de "competição velada", inclusive no âmbito da OCX, como meio de ampliar sua margem de manobra.

4. Uma autonomia "interperiférica": o caso do Cazaquistão e reflexões sobre o Brasil

Conforme o exposto, podemos identificar uma atuação cazaque ativa por flexibilidade estratégica, reconhecendo as barreiras estruturais da sua

posição no Sistema Internacional, e adaptando essas ações a uma lógica de sobrevivência. Nesse sentido, apesar das diferenças entre Puig e Escudé no que concerne o conceito de autonomia, ambos contribuem para pensar o Cazaquistão enquanto um ator periférico que age sob a consciência de suas limitações, "navegando" na multipolaridade sem cair na irrelevância nem no confronto direto com as potências centrais.

A "autonomia heterodoxa", conforme apresentada por Puig (1980, p. 149), nesse caso é especialmente relevante, pois trata da situação na qual um país reconhece as lideranças internacionais, mas atua com pragmatismo e racionalidade para preservar suas margens de manobra. Um aspecto interessante dessa categoria consiste em reconhecer o papel das elites nacionais e a forma como esses atores concebem o processo de desenvolvimento do Estado (Puig, 1980; Escudé, 1995). Ou seja, a maneira como interpretam o lugar do país no mundo, e a relação que o projeto nacional estabelece com o exterior, a posição almejada na estrutura do capitalismo global e o grau de confrontação que esse objetivo consegue mobilizar. Aqui torna-se evidente a relação cazaque com a Rússia e com o Ocidente, uma vez que parte substancial de seu principal contributo para a economia internacional, a energia, envolve interesses sobrepostos de empresas transnacionais e oligarcas fortemente integrados (Nahernak e Simpkins, 2008). Ainda, é a partir dessa realidade que podemos compreender o modelo do *multivetorismo*, desenvolvido por Nazarbayev para equilibrar os vínculos externos.

Parte-se, assim, da premissa de que essas alianças constituem o alicerce da "integração solidária", na qual países com objetivos particulares podem convergir em torno de valores compartilhados que, além de expressarem um horizonte comum, resultam de uma reflexão estratégica orientada para a ação coletiva (Puig, 1987). O que não somente oferece um paralelo importante para entender como o Cazaquistão se posiciona frente à CEI e à UEE, sem abdicar de sua agência diplomática em outros fóruns multilaterais, como também serve para explicar seus movimentos em direção à integração centro-asiática durante a década de 1990 e, mais recentemente, desde 2017. Portanto, antes de constituir apenas uma resposta à guerra ucraniana, trata-se de um comportamento estrutural e anterior.

Tal situação também pode ser interpretada por Escudé, que enxergava no alinhamento com a potência hegemônica uma estratégia racional de sobrevivência, desde que não comprometesse os interesses econômicos do Estado (Escudé, 1995). Essa visão é útil para compreender as escolhas de Tokayev em solicitar apoio militar da CSTO em 2022, ou na manutenção de

sua membresia junto à UEE, mesmo diante de sanções ocidentais à Rússia, decisões que podem ser vistas como um cálculo racional de custo-benefício.

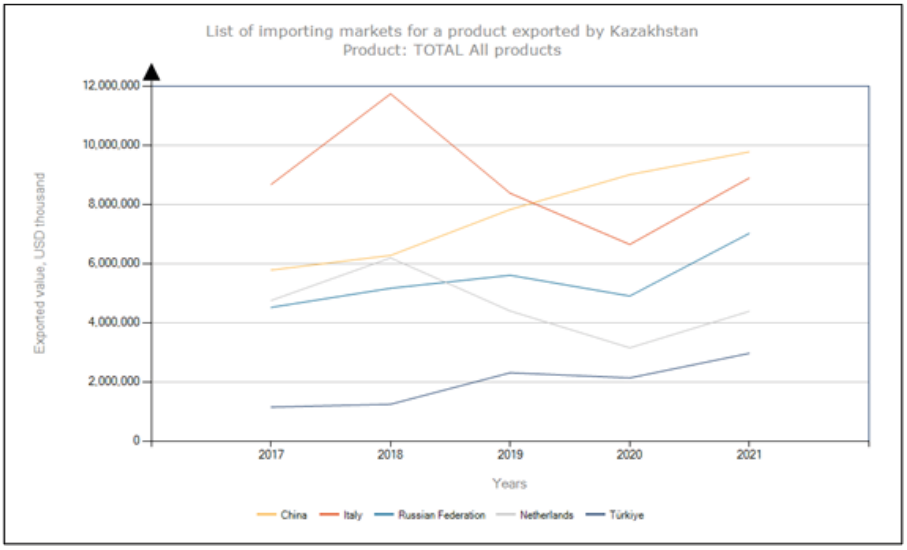
Isso porque, ao analisarmos os indicadores econômicos cazaques, mensurados pelo rácio comercial de importação e exportação entre 2017 e 2021, percebe-se que, apesar das trocas com o bloco ocidental terem permanecido, a presença russa na balança do país se manteve significativa, uma vez que, possuindo um intenso intercâmbio econômico com a Europa, Astana depende da infraestrutura vizinha para exportar seus hidrocarbonetos. Similarmente, quanto à China, nota-se uma crescente participação enquanto destino para os produtos cazaques, sobretudo, *commodities*. Já referente ao comércio intrarregional, a despeito dos recentes avanços, muitas são as oportunidades apresentadas ao Cazaquistão, visto que nenhuma das repúblicas centro-asiáticas está entre os seus cinco principais parceiros, até o momento (International Trade Center, 2024).

Gráfico 1 – Principais origens das importações do Cazaquistão (2017-2021)



Fonte: Trade Map, International Trade Center (ITC) (2024).

Gráfico 2 – Principais destinos das exportações do Cazaquistão (2017-2021)



Fonte: Trade Map, International Trade Center (ITC) (2024).

Em outras palavras, dado o grau de interdependência econômica e a disparidade de capacidades de poder existentes entre o país e seus maiores vizinhos, a potencial divergência sino-russa evidencia o aumento da adaptabilidade cazaque face à evolução da dinâmica global, e se, por outro lado, sua participação na CEI, UEE e CSTO indica uma aliança histórica com a Rússia, seu papel na BRI revela a manutenção do equilíbrio com a China (Novikov e Bocharova, 2023). Logo, a aplicação das abordagens de Puig e Escudé, nesse caso, revela não apenas a relevância das teorias latino-americanas fora de sua região de origem, mas também a presença de padrões compartilhados entre diferentes periferias globais, como a tensão entre pragmatismo e soberania. Além disso, tais contribuições ainda servem de "ponte teórica" para compreender as dinâmicas da inserção internacional no século XXI, inclusive em áreas geográficas pouco exploradas pela produção acadêmica no Sul Global.

Para pensar o Brasil, a partir da experiência cazaque e da leitura de Puig e Escudé, o multivetorismo estratégico de Astana oferece pistas valiosas no cenário global contemporâneo, especialmente no contexto da crescente disputa entre Washington e Pequim por influência política na América Latina. Uma primeira lição vem do pragmatismo em manter um equilíbrio ativo entre grandes centros de poder, explorando a concorrência para ampliar margens

de manobra. Para Brasília, isso reforça a importância de cultivar parcerias diversificadas, evitando alinhamentos automáticos e preservando espaço para decisões próprias, ainda que inseridas em estruturas de interdependência econômica. O "multivetor" do Cazaquistão mostra que, mesmo sob fortes pressões externas, é possível defender interesses estratégicos (recursos energéticos, segurança regional e a inserção em cadeias globais de valor) sem romper drasticamente com potências estabelecidas, algo inerente à política externa brasileira (Cervo e Bueno, 2011).

No entanto, a reflexão que deve ser feita a partir desse caso implica calibrar menos as relações com a China e o bloco Ocidental, EUA/UE, e fortalecer mais os vínculos Sul-Sul e regionais, usando-os como plataformas de projeção e barganha. Ou seja, a lição principal desse cenário consiste em interpretar a autonomia enquanto prática adaptativa, e não como dogma. Além disso, levando em consideração a experiência cazaque, surge um alerta para a necessidade de antecipar certas vulnerabilidades, como a dependência externa, a exposição a sanções indiretas e o impacto de choques geopolíticos. Para o Brasil, isso não somente se traduz no fortalecimento da resiliência produtiva e na diversificação de mercados, como também reside na ampliação da integração sul-americana e, principalmente, na exploração do papel brasileiro de "potência média", capaz de intermediar interesses periféricos, não apenas reagindo ao Sistema, mas ajudando a moldá-lo.

5. Conclusões

Embora ancorados em tradições distintas, Juan Carlos Puig e Carlos Escudé compartilham o ponto de partida comum de que a política internacional é estruturada por hierarquias que impõem constrangimentos severos aos países da periferia mundial. Logo, seus aportes, no que tange à autonomia nas Relações Internacionais, tal como debatida no pensamento latino-americano, oferecem caminhos complementares para compreender a inserção estratégica de Estados com capacidades limitadas, como o Cazaquistão, diante de um cenário adverso e em constante movimento.

No caso de Puig (1980; 1984; 1987), sua teoria parte de um diagnóstico estrutural da dependência, onde a autonomia seria menos um ideal abstrato e mais uma necessidade prática de sobrevivência soberana, compreendida como a capacidade do Estado de agir e decidir com base em seus próprios interesses, mesmo em ambientes assimétricos. A ênfase está em explorar as brechas da ordem internacional, ou, como define, as margens de "permissividade"

do sistema, para ampliar as possibilidades de ação externa (Puig, 1987). Sua contribuição central para esta análise reside na concepção de autonomia heterodoxa, estágio no qual um país periférico reconhece a liderança das grandes potências, mas atua estrategicamente para preservar e ampliar seu espaço decisório, sem recorrer à ruptura. O Cazaquistão, ao adotar o chamado multivetorismo, posicionando-se de forma equilibrada entre Rússia, China, potências ocidentais e outros atores regionais, parece operar dentro dessa lógica: aceita os limites do sistema, mas busca operá-lo com relativa flexibilidade, apostando na multiplicidade de vínculos para expandir sua margem de ação.

Por outro lado, a contribuição de Carlos Escudé aponta para um caminho de racionalidade distinta. No marco do chamado realismo periférico, Escudé (1995) parte da premissa de que os Estados não devem medir sua autonomia pela liberdade abstrata de escolha, mas sim pelos custos concretos associados às suas decisões. Para ele, confrontar diretamente as potências hegemônicas é uma atitude dispendiosa e ineficaz, sendo preferível o alinhamento pragmático nas áreas que não comprometam os interesses vitais do país, com vistas à obtenção de benefícios materiais mensuráveis para a sociedade (Escudé, 1995). Embora o projeto regional não tenha refletido amplamente a visão integracionista, elaborada pelo presidente Nazarbayev, e, para alguns, evidencie a continuidade da influência russa sobre a política externa nacional (Troitskiy, 2020; Mostafa e Mahmood, 2018), sua operacionalização tem assegurado a livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho na região. Além disso, tanto a UEE quanto a OCX também vêm servindo aos interesses cazaques ao inserir Moscou em mecanismos de decisão multilateral e consensual, restringindo suas ações, sobretudo, na Ásia Central.

Logo, a lógica da autonomia como cálculo contábil, conforme propõe Escudé (1995), é útil para interpretar decisões como a do Cazaquistão ao solicitar a intervenção da CSTO em 2022, ou manter-se na UEE apesar das tensões geradas pela guerra na Ucrânia. Tais ações, longe de representarem simples submissão, podem ser lidas como parte de uma estratégia de preservação da estabilidade doméstica e dos canais econômicos fundamentais, em linha com o que Escudé nomeia de "racionalidade *ciudadano-céntrica*" (Escudé, 1995).

A aproximação desses dois referenciais ao caso cazaque permite complexificar a análise da inserção internacional de Estados periféricos. Enquanto Puig oferece uma lente para pensar a agência e o projeto estratégico de autonomia em contextos adversos, Escudé chama atenção para os limites e riscos dessa busca, especialmente quando não ancorada em capacidades reais. Ambos, contudo, rejeitam a universalização de categorias oriundas do *mainstream*, e reivindicam a necessidade de pensar a política externa a partir das periferias,

com categorias adequadas à sua realidade histórica e material. Nesse caso, o valor heurístico do resgate de tais abordagens não se trata de comparar diretamente, mas de reconhecer padrões estruturais comuns entre distintas regiões, reafirmando a utilidade analítica de aplicabilidade de marcos teóricos latino-americanos em contextos extrarregionais.

Assim, ao deslocar o foco para uma periferia "outra", observa-se a recorrência de dilemas estruturais, como a dependência de potências externas e o permanente tensionamento entre estabilidade e soberania, que, embora se manifestem em diferentes intensidades, convidam à construção de um repertório teórico "interperiférico" mais robusto e contextualizado. A crescente presença da China tanto na América Latina quanto na Ásia Central, somada à intensificação da competição sino-americana por influência no tabuleiro geopolítico, acentua a relevância do debate sobre as estratégias dos Estados médios diante das grandes potências. Em outras palavras, o pragmatismo diplomático do Cazaquistão, ainda que inscrito em outro contexto, lança pistas sobre como países do Sul podem explorar rivalidades estruturais para ampliar seus espaços de ação, sem recorrer a posturas confrontacionistas ou à adesão incondicional a um dos polos de poder.

Dadas as semelhanças, tais reflexões também nos permitem pensar as potencialidades brasileiras em determinados contextos. Faltaria ao país maior assertividade em explorar espaços geopolíticos onde possa se candidatar enquanto uma "terceira via de alinhamento", sobretudo para Estados que buscam alternativas ao eixo tradicional de poder? Essa lacuna se evidencia na ainda tímida presença brasileira em áreas como a Ásia Central, onde laços com países como o próprio Cazaquistão poderiam abrir portas para novas parcerias energéticas, tecnológicas e políticas. Logo, cabe perguntar: o que impede o Brasil de mobilizar sua credibilidade como ator de mediação, somada ao peso econômico e diplomático que possui, para estreitar relações com regiões que, embora distantes, compartilham dilemas semelhantes de soberania, estabilidade e inserção internacional?

Por fim, este artigo buscou demonstrar que a exportação de conceitos "do Sul para o Sul" não deve ser vista como um exercício de transposição acrítica, mas como uma oportunidade de enriquecer a teoria com casos que tensionam suas categorias e revelam novas possibilidades de articulação entre dependência, autonomia e estratégia. Trata-se, portanto, de pensar a política internacional a partir das margens, e, ao fazê-lo, reconfigurar também o centro do debate.

Referências

ABBASOVA, Vusala. President Tokayev Says Kazakhstan Will Not Recognize Donetsk, Lugansk as Independent States. *Caspian News*, 20 jun. 2022. Disponível em: https://caspiannews.com/news-detail/president-tokayev-says-kazakhstan-will-not-recognize-donetsk-lugansk-as-independent-states-2022-6-20-0/. Acesso em: 7 jul. 2026.

AMINJONOV, Farkhod. *Central Asian Regional Energy Initiatıves*: Challenges and Opportunities. Almaty: Eurasian Research Institute, 2016.

BOBOKULOV, Inomjon. Central Asia: Is There an Alternative to Regional Integration? *Central Asian Survey*, v. 25, n. 1-2, p. 75-91, 2006.

CAZAQUISTÃO. On the Concept of the Foreign Policy of the Republic of Kazakhstan for 2020-2030. Akorda, 9 mar. 2020. Disponível em: https://www.akorda.kz/en/legal_acts/decrees/on-the-concept-of-the-foreign-policy-of-the-republic-of-kazakhstan-for-2020-2030. Acesso em: 10 jul. 2026.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2011.

COOLEY, Alexander A.; HEATHERSHAW, John. *Dictators Without Borders*: Power and Money in Central Asia. New Haven: Yale University Press, 2017.

COOLEY, Alexander. What Does Central Asia Face in the Coming Decades? Interview with Alexander Cooley. *Central Asian Bureau for Analytical Reporting* (CABAR), 28 out. 2021. Disponível em: https://cabar.asia/en/what-does-central-asia-face-in-the-coming-decades-interview-with-alexander-cooley?pdf=48659. Acesso em: 5 mao. 2025.

COOLEY, Alexander A.; HEATHERSHAW, John; SOARES DE OLIVEIRA, Ricardo. Transnational Uncivil Society Networks: Kleptocracy's Global Fightback Against Liberal Activism. *European Journal of International Relations*, v. 3, n. 2, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1177/13540661231186502. Acesso em: 8 jul. 2026.

CUMMINGS, Sally. Happier bedfellows? Russia and Central Asia under Putin. *Asian Affairs*, v. 32, n. 2, p. 142-152, 2001.

ESCUDÉ, Carlos. *El realismo de los Estados débiles*: la política exterior de primer gobierno Menem frente a la teoría de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1995.

FERNANDES, Sandra; GRANTSEVA, Vera. O esfriamento da amizade entre a Ásia Central e a Rússia após a guerra na Ucrânia. *Relações Internacionais*, n. 77, p. 63-71, 2023.

HASHIMOVA, Umida. China Launches 5+1 Format Meetings with Central Asia. *The Diplomat*, 20 jul. 2020. Disponível em: https://thediplomat.com/2020/07/china-launches-51-format-meetings-with-central-asia/. Acesso em: 8 jul. 2026.

HUOTARI, Jussi. Energy Policy and (Energy Security) as a Part of Russian Foreign Policy. *Nordia Geographical Publications*, v. 40, n. 4, p. 121-132, 2011.

IBRAYEVA, Aigerim *et al*. Cross-Border Geopolitics: Ambivalent Aspect of the Border Issue in Relationship between Kazakhstan and Russia. *Comparative Strategy*, v. 42, n. 4, p. 587-601, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1080/01495933.2023.2219196. Acesso em: 8 jul. 2026.

INTERNATIONAL TRADE CENTER (ITC). *Central Asia Trade Map*. 2024. Disponível em: https://www.trademap.org/en/goods/trade-indicators/exports/c/000/c/000/p/ALL/byProduct/4/direct/bubbles?indicator=ewpCvd. Acesso em: 11 ago. 2025.

KAZAKHSTAN'S President Proposes International Russian Language Organization at CIS Summit. *Daryo*, 13 out. 2023. Disponível em: https://daryo.uz/en/2023/10/13/kazakhstans-president-proposesinternational-russian-language-organization-at-cis-summit. Acesso em: 11 ago. 2025.

KRAPOHL, Sebastian; VASILEVA-DIENES, Alexandra. The Region that Isn't: China, Russia and the Failure of Regional Integration in Central Asia. *Asia Europe Journal*, v. 18, p. 347-366, 2019.

KUZEMBAYEVA, A. B.; KULBAYEV, B.; CHUKUBAYEV, Y. S. Multi-Vector Policy as a Strategy of Geopolitical Maneuver: Critical Geopolitics of Kazakhstan in Relations with Russia and China After 2022. *Журнал «Международные отношения и регионоведение»*, v. 60, n. 2. 2025.

LARUELLE, Marlene. Kazakhstan's Dilemma on Eurasian and Central Asian Integrations. In: BURGHART, Daniel L.; SABONIS-HELF, Theresa (orgs.). *Central Asia in the Era of Sovereignty*: The Return of Tamerlane? Londres: Bloomsbury Academic, 2018, p. 395-414.

LARUELLE, Marlene; ROYCE, Dylan; BEYSSEMBAEV, Serik. Untangling the Puzzle of "Russia's Influence" in Kazakhstan. *Eurasian Geography and Economics*, v. 60, p. 211-243, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1080/15387216.2019.1645033. Acesso em: 8 jul. 2026.

LUBIN, Nancy. *Central Asians Take Stock*: Reform, Corruption, Identity. Washington, D.C.: United States Institute of Peace, 1995.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONIÉ, Frédéric. O "novo grande jogo" e a geopolítica dos oleodutos no Mar Cáspio. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (orgs.). *Geografia e geopolítica do petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 237-262.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations*: The Struggle for Power and Peace. Nova York: Alfred A. Knopf, 1948.

MOSTAFA, Golam; MAHMOOD, Monowar. Eurasian Economic Union: Evolution, Challenges and Possible Future Directions. *Journal of Eurasian Studimoses*, v. 9, n. 2, p. 163-172, 2018.

NAHERNAK, Philip; SIMPKINS, John. The Russian Government and Gazprom. *Cornell International Affairs Review*, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: http://www.inquiriesjournal.com/articles/1280/the-russian-government-and-gazprom. Acesso em: 8 jul. 2026.

NASCIMENTO, Flávio Augusto Lira. *A limitação à cooperação securitária sino-russa na Ásia Central devido ao não gerenciamento conjunto do fluxo local de hidrocarbonetos por Moscou e Pequim*. 2015. 185 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NAZARBAYEV, Nursultan. *The Era of Independence*. Astana, 2017.

NYE JR., Joseph S. *Soft Power*: The Means to Success in World Politics. Nova York: PublicAffairs, 2004.

NYSHANBAYEV, Nurbolat *et al*. The Republic of Kazakhstan's Multi-Vector Foreign Policy: Re-Evaluation under President Tokayev. *Kasetsart Journal of Social Sciences*, v. 45, n. 3, p. 915-924, 2024. Disponível em: https://so04.tci-thaijo.org/index.php/kjss/article/view/274816. Acesso em: 11 ago. 2025.

NOVIKOV, Dmitrii; BOCHAROVA, Alexandra. Eurasia in Russian and Chinese Political Expertise: A Comparative Analysis. *Journal of Eurasian Studies*, v. 15, n. 1, 2023.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (OSCE). *Advancing Energy Security in Central Asia*. Viena: OSCE, 2022. Disponível em: https://www.osce.org/files/f/documents/8/8/513787_0.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

PEREIRA, Matheus de Oliveira. Autonomia e Política Externa em Juan Carlos Puig e Carlos Escudé. *Carta Internacional*, v. 18, n. 3, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.21530/ci.v18n3.2023.1375. Acesso em: 8 jul. 2026.

PUIG, Juan Carlos. *Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana*. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, Universidad Simón Bolívar, 1980.

PUIG, J. C. Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana. In: PUIG, J. C. *El pensamento de la autonomia.* Buenos Aires: Ediciones del Instituto de Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de la Plata, 2021.

PUIG, Juan Carlos. *América Latina*: políticas exteriores comparadas. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.

PUIG, Juan Carlos. *Integración latinoamericana y régimen internacional*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1987.

RAHIMOV, Mirzohid; URAZAEVA, Galina. *Central Asian Nations & Border Issues*. Central Asia Series, 05/10. Surrey: Conflict Studies Research Centre, 2005.

SRSG Kaha Imnadze Participates at the Fifth Consultative Meeting of Heads of State of Central Asia. *UNRCCA*, 15 set. 2023. Disponível em: https://unrcca.unmissions.org/en/news/srsg-kaha-imnadze-participates-fifth-consultative-meeting-heads-state-central-asia. Acesso em: 8 jul. 2026.

STARR, S. Frederick *et al*. *Looking Forward*: Kazakhstan and the United States. Washington, D.C.; Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute; Silk Road Studies Program, 2014.

STEIN, Matthew. The History of Central Asian Peacekeepers: The Development of Kazakhstan, Kyrgyzstan, and Tajikistan's Peacekeeping Units by Fits and Starts. *The Journal of Slavic Military Studies*, v. 31, n. 2, p. 257-271, 2018.

SYROEZHKIN, Konstantin. China's Presence in the Energy Sector of Central Asia. *Central Asia and the Caucasus*, v. 13, n. 1, p. 20-43, 2012. Disponível em: https://www.ca-c.org/index.php/cac/article/view/1514. Acesso em: 17. mai. 2025.

TALIGA, Harri. *Belt and Road Initiative in Central Asia*: Desk Study. Bruxelas: ITUC & Friedrich Eber, 2021.

TROITSKIY, Evgeny. The Eurasian Economic Union at Five: Great Expectations and Hard Times. *The Russia File*, 14 jan. 2020. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/blog-post/eurasian-economic-union-five-great-expectations-and-hard-times. Acesso em: 11 ago. 2025.

TROITSKIY, Evgeny; ZINOVIEV, V. The Collective Security Treaty Organisation: Emergence, Evolution and Crisis of the Military-Political Alliance. *Rusin*, v. 54, n. 54, p. 335-351, 2018.

TSEPKALO, Valery V. The Remaking of Eurasia. *Foreign Affairs*, v. 77, n. 2, p. 107-126, 1998.

U.S. Energy Information Administration (EIA). Kazakhstan Energy Profile: Second Largest Oil Reserves Among Former Soviet Republics. *Eurasia Review*, 6 maio 2017. Disponível em: https://www.eurasiareview.com/06052017-kazakhstan-energy-profile-second-largest-oil-reserves-among-former-soviet-republics-analysis-2/. Acesso em: 13 fev. 2024.

USOV, Anton. EBRD Forecasts Strong Economic Performance in Central Asia. *European Bank for Reconstruction and Development*, 27 set. 2023. Disponível em: https://www.ebrd.com/home/news-and-events/news/2023/ebrd-forecasts-strong-economic-performance-in-central-asia.html. Acesso em: 5 maio 2025.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WILLIAMS, Lynn. Identity and the National State: Construction, Reconstruction and Contradiction. In: CAMERON, Keith (org.). *National Identity*. Wiltshire: Intellect Books, 1999, p. 7-18.